

PROBLEMÁTICAS DA POLÍTICA ESTADUAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO AMAZONAS: VANTAGENS E DESVANTAGENS DO ECOTURISMO NA VÁRZEA COM ENFOQUE NO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO ESTADO DO AMAZONAS.

Antonia Neidilê Ribeiro Munhoz*
Débora dos Anjos Gama
Carlos Augusto da Silva
Alexandre Rivas

Entidade: Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Eixo Temático 2: PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ECOTURISMO EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre as vantagens e desvantagens da aplicabilidade do ecoturismo como modelo sustentável passível de ser implementado no âmbito da Lei de Mudanças Climáticas do Estado do Amazonas. Procurando definir de que maneira os incentivos gerados pela lei serão articulados com os objetivos do ecoturismo de forma a acarretar o desenvolvimento sustentável das comunidades localizadas na região da várzea, onde encontrada-se um patrimônio arqueológico exuberante, que necessita urgentemente ser conhecido para ser preservado, pois essa cultura corre o risco de desaparecer, sem que outras gerações as percebam. Partindo dessa perspectiva o trabalho propõe uma análise sobre a utilização de políticas alternativas, particularmente os instrumentos econômicos, para promover a alocação mais eficiente de utilização dos recursos ambientais no processo de planejamento e decisório da gestão ambiental. Espera-se com isso que o estudo possa contribuir para melhor formação da consciência ambiental e para a promoção do bem-estar social.

Palavras-chave: Ecoturismo, Sustentabilidade, Patrimônio Arqueológico.

ABSTRACT

This work proposes a reflection on the advantages and disadvantages of the applicability of the ecotourism as susceptible to maintainable model to be implemented in the extent of the Law of Climatic Changes of the State of Amazon. Trying to define that sorts out the incentives generated by the law will be articulate with the objectives of the echo form tourism to cart the located communities' maintainable development in the area of the meadow, where it is found exuberant archeological

* Autor para correspondência.

Endereço: Estrada do Aleixo Km 10 Vila 1 Casa 5 Fabrica de Cimento Nassau

e-mail: neidilemunhoz@yahoo.com.br

Fone: (92) 8145 2117

patrimony, that it needs to be known to be preserved urgently, therefore that culture takes the risk of disappearing, without other generations notice them. Leaving of that perspective the work proposes an analysis about the use of alternative politics, particularly the economical instruments, to promote the most efficient allocation of use of the environmental resources in the planning process and decision of the environmental administration. It is waited with that the study can contribute to better formation of the environmental conscience and for the promotion of the social well-being.

1. Introdução

As proposições econômicas servem de instrumentos avaliativos para a tomada de decisão e visão crítica na implementação de empreendimentos locais. As estratégias de ecodesenvolvimento vinculadas com a preocupação de estabelecer uma nova ordem econômica mundial propõem a avaliação dos recursos das regiões rurais, o desenvolvimento de ecotécnicas adaptadas às condições ecológicas e culturais de cada comunidade e a autogestão de seus recursos¹ (LEFF *apud* SACHS, 1982).

A partir de 1994, o ecoturismo é reconhecido como uma alternativa de desenvolvimento sustentável. Esse artigo entende sua utilidade na criação de modelos regionais contemplados na Lei de Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e propõe uma reflexão sobre a questão ambiental buscando identificar quais as vantagens e desvantagens que a Lei de Mudanças Climáticas do Estado do Amazonas implicará no desenvolvimento e crescimento do ecoturismo na várzea com um enfoque sobre o patrimônio arqueológico ameaçado de extinguir-se sem ser visto por futuras gerações.

A estrutura do trabalho apresenta-se em quatro sessões. Na primeira descreveremos os objetivos; a segunda faremos um breve relato da história indígena pré-colonial do Amazonas com o tópico **O Patrimônio Natural: os sítios arqueológicos na região da várzea amazônica** onde a arqueologia busca a compreensão de uma importância sob o aspecto da preservação do patrimônio natural como parte integrante do conceito de ecoturismo “ *segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas*” (BRASIL, 1994).

Assim, com a introdução da legislação sobre as mudanças climáticas, o patrimônio arqueológico possa ter alternativas para garantir a sua preservação e conseqüentemente abrir leques econômicos sustentáveis, respeitando a legislação patrimonial, nas 62 unidades municipais onde esse patrimônio natural necessita de políticas públicas, consorciada com os saberes das populações locais.

Seguindo-se do tópico **Ecoturismo como sustentabilidade no contexto regional: os aspectos econômicos e as Políticas Públicas**, onde abordaremos as dificuldades dessa atividade pelos os aspectos econômicos e questão das políticas públicas e **as incertezas da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas**.

A quarta sessão dedicada à metodologia e por último os resultados esperados demonstrado em forma de tabela composta com apresentação de propostas, vantagens e desvantagens (externalidades, informação imperfeita e intervenção do governo).

2. Objetivos

A Natureza dotou as regiões tropicais com abundantes recursos que devem ser investigados para desenvolver seu potencial da biodiversidade e dos recursos dos ecossistemas tropicais (LEFF, 2006). Uma dessas regiões tropicais é a região amazônica caracterizada, principalmente, pela vasta bacia hidrográfica e pela floresta úmida. Dos 300.000 km² de áreas inundáveis do Amazonas estão incluídas as vastas redes de tributários (cursos dos rios e lagos), a área de várzea corresponde a 200.000 km² e 100.000 km² de igapó (MAIA, 2001). É nesse contexto, que a objetivo desse trabalho constitui-se em um ensaio reflexivo para a análise e a aplicabilidade de alternativas de desenvolvimento, prognosticando um cenário onde os fluxos dos recursos econômicos e naturais melhorem a qualidade de vida das populações localizadas na região das várzeas aliado à preservação do patrimônio natural e cultural, avaliando-se, intrinsecamente, o conflituoso enquadramento da Política Estadual fomentadora de ações em curto prazo.

Por isso, o ecoturismo apresenta-se como uma das diversas atividades econômicas que hoje se vislumbram como tática de desenvolvimento sustentável para comunidades inseridas em um contexto de “necessidades de desenvolvimento” em ambientes frágeis, caracterizando-se, por conseguinte na promoção do uso sustentável dos recursos buscando a consciência ambiental e o envolvimento no processo das populações locais.

Com a instituição de um corpo normativo, Política Estadual sobre mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, essa perspectiva toma um novo incremento ampliando possibilidades e diminuindo as incertezas quanto á sua repercussão no mundo econômico e socioambiental amazônico.

Está claro que parcerias e consórcios irão se formar e a questão da formalização e implantação de projetos e programas para esse fito concorrerão a um custo/benefício alto para as sociedades locais com uma visão sócio, econômico e ambiental, com os indicadores econômicos e critérios para a avaliação qualitativa e quantitativa das alternativas a serem decididas para o local.

A normativa traz o incentivo aos modelos regionais de desenvolvimento sustentável para o estado do Amazonas de natureza financeira ou não visando desestimular ações predatórias tão comuns nas práxis capitalistas.

3. O Patrimônio Natural: os sítios arqueológicos na região da várzea amazônica.

3.1 Informações preliminares

A proposição deste texto parte de um interesse pessoal fruto do contato mantido há mais de uma década com a pesquisa de campo em arqueologia, acompanhando em áreas diversas da Amazônia, equipes de pesquisadores de instituições do porte do Museu de Arqueologia e Etnografia da USP, da Universidade de Vermont e do Museu Britânico. Deste contato direto, mostrou-se a impactante condição de total abandono, degradação e descaso em que se encontram os sítios arqueológicos de nosso Estado.

Com efeito, vários sítios arqueológicos localizados no Estado do Amazonas vêm sofrendo ao longo do tempo diferentes tipos de degradação como as provocadas por fenômenos da natureza (vento, chuvas, quedas de barrancos, erosão); por depredação do homem (agricultura de queimada e corte, agricultura com maquinários, devastação dos locais onde se encontram sítios, construção de habitações, estradas e fazendas sobre o sítio arqueológico); e finalmente a depredação animal (pisoteamento do material arqueológico pelo gado e terreno revisado pela criação de porcos). Acrescente-se ainda o recente crescimento do contrabando de peças, que tem sido responsável pela destruição sistemática de artefatos arqueológicos em todo o estado.

Essa degradação acentuada dificulta o bom desempenho das pesquisas, contudo, o avanço das técnicas arqueológicas tem proporcionado respostas positivas na solução de alguns desses problemas e quanto mais aprofundarmos os debates acerca da preservação do patrimônio arqueológico, conseqüentemente aprimoraremos as formas de uso desses espaços onde estão localizados esses bens da humanidade.

Urge que essa problemática seja debatida com profundidade e seriedade, já que acarreta danos irreversíveis ao patrimônio histórico e cultural de nossa terra. É urgente também a reflexão acerca das implicações que a pesquisa arqueológica recente tem levantado quanto ao passado pré-colonial de nosso Estado.

As investigações a respeito de sociedade pré-coloniais ainda são parcas, o que torna a elaboração desse trabalho um passo importante para a discussão e montagem de estratégias que

possam a luz da atuação dos arqueólogos em suas pesquisas de campo, dar suporte para aplicação de políticas públicas.

3.2 Breve Histórico de Pesquisa Arqueológica na Amazônia

As investigações relativas ao passado humano brasileiro vêm sendo observadas desde a época do Brasil império. No entanto, o primeiro cientista que manifestou, esse desejo pela antiguidade do homem e de animais extintos (megafauna) foi o paleontólogo dinamarquês Wilhelm Lund, no atual Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1834 a 1844.

Lund realizou pesquisas em várias grutas, identificando ossos de animais extintos, entre esses restos de animais, havia fragmentos de ossos do homem brasileiro pré-colonial (PROUS 1992).

Na Amazônia, o processo de investigação manifestou-se através do naturalista Mineiro *Domingos Soares Ferreira Penna*, a partir da segunda metade do século XIX, o qual esteve na foz do rio Amazonas, e com as suas andanças, identificou alguns aterros chamados pela população ribeirinha de “tesos” (BARRETO, 1992). Esses aterros eram assentamentos de populações que habitavam a foz do rio Amazonas, por sua vez elaboraram uma cultura material, utilizando técnicas bastante aprimoradas esteticamente, refletidas nos utensílios cerâmicos encontrados nos sítios arqueológicos.

Tal elaboração poderia estar associada a dois fatores. Esses fatores eram estruturas elaboradas, no sentido de atender a demanda sócio-cultural. Desse modo, foram construídos os “tesos”, possivelmente com objetivos de proteger os assentamentos das enchentes do rio Amazonas; quanto ao segundo, estava na confecção de utensílios cerâmicos, cuja finalidade era de atender toda uma funcionalidade ou uma representatividade, da sociedade marajoara, por sinal, são reflexos mais contundentes de sinais de “humanidade amazônica”.

Esses registros fizeram com que outros naturalistas, se dispusessem a estudar o passado pré-colonial Amazônico. Entre os cientistas destacaremos: a presença de J. Barbosa Rodrigues, Ladislau Netto, Aureliano Lima Guedes, C. Hartt e outros (Neves 1999). Todos postulavam, compreender a história do passado do homem amazônico.

No primeiro momento, as pesquisas sobre o passado do homem pré-colonial amazônico, podem ser caracterizadas de “especulativo”, isto porque, um dos objetivos dos cientistas era de formar ou criar acervos em museus nacionais e internacionais. As pesquisas em busca de vestígio humano na Amazônia induziram o cientista João Barbosa Rodrigues, a subir o rio Amazonas e na segunda metade do século de XIX, no trecho compreendido entre Manaus e Itacoatiara, identificou-se uma área com bastantes vestígios o qual chamou-o de “Mirancangüera”, ou seja, um cemitério

indígena, a céu aberto. Anos se passaram quanto, Curt Nimenedaju, tentou encontra-lo, novamente, mas, pelo fato de a margem do rio ser constantemente desbarrancado, pelo fenômeno das “terras caídas” do rio Amazonas, a área do assentamento fora afetada e conseqüentemente os vestígios ficaram comprometidos.

Em recente visita, no município de Rio Preto da Eva, fomos informados por um agricultor, que durante as escavações para o plantio de roça de mandioca, foram encontrados alguns artefatos com característica da cerâmica “Mirancangüera”. E, hoje, com o processo urbano no município, pode ser provável, que a cultura mirancangüera seja, novamente evidenciada.

Essas pesquisas levaram um prospecto bem positivo aos grandes centros de pesquisas européia e norte-americana. Do Continente europeu vários cientistas deslocaram-se para Amazônia com intuito de coletar dados sobre o processo da história do homem amazônico pré-colonial, entre esses cientistas Emílio Goeldi, Jaques Huber e Karl Von Kraaz-Koschlau (Barreto, 1992); Da América do Norte, o principal destaque foi J. Steward, o qual elaborou um modelo de adaptação que denominou de “Cultura de Floresta Tropical”, e, segundo esse cientista a região amazônica era uma área “marginal”.

A problemática dessa marginalidade estava sob a escassez de alimentos em virtude de o solo amazônico apresentar uma baixa densidade de nutrientes, que poderia ter contribuído para uma cultura de pouca expressão. E, ao mesmo tempo, caracterizou que as populações adivinham das encostas dos Andes trazendo consigo uma inovação sócio-cultural.

Com base nos dados difundidos pela teoria do determinismo ecológico, os arqueólogos norte-americanos Betty Meggers & C. Ervans desenvolveram métodos de pesquisa até então inovador. O método de seriação da cerâmica, o qual possibilitaria a realização de um estudo sobre a cultura material das sociedades, da foz do rio Amazonas, chegaria a uma conclusão, que em tempos passados: modelo de vida dessas sociedades era bem diferente antes do contato com a sociedade ocidental (NEVES, 1999).

A diferença poderia estar associada ao processo de migração de populações descida do sopé dos Andes, em tempos tardios. Essa análise despertou interesse de outros cientistas em compreender o passado da história indígena amazônica. Nesse sentido, Donald Lathrap, foi o primeiro cientista a discordar em parte da teoria desenvolvida pelo casal de arqueólogos norte-americanos.

Assim sendo, Lathrap direcionando sua pesquisa sobre o passado pré-colonial da região Amazônia peruana, recolheu evidências arqueológicas cabal vindo a sugerir, que em tempos tardios a região foi povoada por grupos de indivíduos de diversas línguas, havendo uma considerável explosão demográfica na região o que teria provocado grandes migrações de populações que viviam

as margens dos rios amazônicos, e conseqüentemente elaboraram uma história e uma cultura, que sobreviveu por muito tempo.

Desse modo, haveria dois tipos de desenvolvimento cultural: as terras baixas (várzeas) Amazônicas sociedades com padrões sociais complexas; as outras às populações de terra firme. Na concepção de Lathrap, continuariam com o conceito de “Cultura de Floresta Tropical”, ou seja, vivendo em grupos nômades.

Contudo, a partir dos anos sessenta e oitenta, do século passado o processo de investigação sobre o passado do homem Amazônico foi questionado sob as pesquisas realizadas através de dois projetos na região: o *Programa de pesquisa Arqueológica Brasileira* – PRONABA e o *Programa de Pesquisa Arqueológica na Bacia Amazônica* – PRONAPABA, cujo objetivo eram de investigar os modelos e a Antigüidade sociocultural das populações das terras baixas da América do Sul (SIMÕES, 1978). Na Amazônia as pesquisas concentraram no baixo e médio rio Amazonas sendo os resultados parcialmente.

3.3 A atuação do Projeto “Amazônia Central”.

A partir da segunda década de 1995, com objetivos de coletar mais subsídios sobre o passado do homem Amazônico, foi fomentado o Projeto “Levantamento Arqueológico na Confluência dos rios Negro e Solimões” (PAC), no primeiro momento atuando nos municípios de Iranduba e Manaus, cuja hipótese é: tempo e espaços dos assentamentos pré-coloniais. Durante os trabalhos de campo foram identificados vários sítios arqueológicos nos municípios de Iranduba e Manaus. Em Manaus, alguns sítios, já haviam sido identificados em pesquisas passadas. Porém, com o desenvolvimento da pesquisa pelo citado projeto, outros sítios foram identificados, alguns deles foram feitos resgates emergenciais de artefatos arqueológicos. Assim foram os casos dos sítios: Nova Cidade, Daisak Ikeda, Assembléia Legislativa, “sítio Manaus” Praça Dom Pedro II e UDV (União do Vegetal). As coleções resgatadas dos sítios estão acondicionadas na Reserva Técnica da Universidade Federal do Amazonas. No entanto, com a sanção da Lei de 3135/07 do Governo do Estado do Amazonas, que institui a “Política Estadual sobre Mudanças Climáticas Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas”, acredita-se que esta lei vem no momento certo, isto porque, a partir da Resolução CONAMA 001/86, todos os empreendimentos no Território Brasileiro têm de ter o estudo de impacto sobre o patrimônio arqueológico. Assim sendo, a nosso ver, o patrimônio terá proteção de todos os indivíduos envolvidos no âmbito do processo de desenvolvimento sustentável, um outro canal será a política do ecoturismo que é umas das âncoras que ainda falta ser planejada em conjunto com todas as redes do setor público, privado e as populações interioranas do Estado.

4. O Ecoturismo como sustentabilidade no contexto regional: Os aspectos econômicos e as Políticas Públicas.

O grande dilema econômico é orientar uma eficiente alocação de recursos escassos dado às necessidades ilimitadas, atendendo a uma série de imperfeições que impulsionam as forças de mercado a garantir uma determinada quantidade de recursos disponíveis utilizando-se de tecnologias de produção de maneira a articular diferentes recursos entre diferentes firmas para a produção de bens e serviços demandados pelos consumidores. Entretanto, nessa proposição teórica considerando os recursos ambientais e naturais, *ceteris paribus*³ esse ciclo corresponde a uma inigualável dilapidação ecológica ambiental irreversível no espaço/tempo, tornando insustentáveis políticas econômicas que não procurem contemplar alternativas sustentáveis.

A partir da Rio 92 na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, um novo conceito de desenvolvimento e de problemática ambiental foi consagrado definindo ações e mecanismos que pudessem estar em conformidade com a nova ordenança da gestão socioeconômica endossada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O ônus para esse ajustamento ambiental, é agregado entre o setor econômico e o Estado, assumindo uma tendência mais participativa e dinâmica, respaldado em valores aceitos pelos acordos internacionais e com ressonância em programas e projetos de cunho local (MOTTA, 1997).

Assim, Políticas Públicas comprometidas com esse patamar de desenvolvimento estruturam-se subsidiando atividades voltadas para a causa da sustentabilidade (GARDNER, 2002).

Em todo o mundo é crescente o entusiasmo com a atividade “eco”, pois em decorrência da demanda criada após a implantação dos acordos internacionais, conduzidas pelas rotulagens “verdes”, muitos países, principalmente, os em desenvolvimento abraçaram esse novo investimento com a perspectiva de ganhos vultosos, redirecionando suas legislações com o objetivo de priorizá-la em suas reservas de forma a reiterar mecanismos de sustentabilidade (MASTNY, 2002).

Segundo o The International Ecotourism Society (TIES, 2007), “*Ecotourism is about connecting conservation, communities and sustainable travel*”. Dessa forma, o ecoturismo se mostra como uma atividade sustentável e com atrativos econômicos, no entanto, questiona-se o alcance de seus objetivos envolvendo uma definição do ambientalmente responsável.

O Ecoturismo quando passa a permitir o crescimento rápido das empresas, gerando o aumento da oferta de trabalho direto e indireto, bem como, um **efeito multiplicador na economia**, passa a exigir uma gama de investimentos em infra-estrutura (setor público) e, em decorrência disso, se não definido e planejado com certa argüição e tendo políticas públicas frágeis, será alvo de uma **fuga** de rendimentos locais e uma massificação que terá efeitos negativos, irreversíveis, sobre a preservação do ambiente e sobre o patrimônio histórico e cultural (DINIZ, 2005).

4.1 O Ecoturismo na Várzea e as incertezas da Política Estadual sobre mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas.

A Política Estadual beneficiará com incentivos fiscais sociedades empresarias dedicada exclusivamente ao ecoturismo com práticas ambientais corretas e que instituem programas de educação Ambiental. Diante disso, pode-se inferir “cenários ecoturísticos” regionais com as mais diversas implicações econômicas, sociais e ambientais. Mas, como implantá-lo na várzea?

A participação das organizações de base é fundamental para a conservação de áreas de vegetação natural (FEARSLIDE, 1997). A questão, entretanto, reside na viabilidade econômica das propostas dentro dos valores locais (uso, opção e não-uso), sendo necessária a utilização de instrumentos econômicos ao diagnóstico avaliativo das forças de mercado na alocação eficiente dos recursos para as tomadas de decisões custo/ benefício, ampliando-se em um complexo de oportunidades buscando suporte de infra-estrutura que faça o prognóstico das possíveis “*Market failures*”, internalizando para o locais de implantação dos programas e projetos, maiores custos marginais sociais do que os custos marginais privados (KAHN, 2001).

Dessa forma, a normativa sinaliza com a inclusão de possibilidades de desenvolvimento e crescimento de atividades voltadas para a conservação e sustentabilidade como o ecoturismo por ter um conceito baseado na comunidade “*community-base ecotourism*”, isto é, a constituição de empresas pertencentes e administradas pela comunidade local, resultando na proteção dos recursos naturais pela própria comunidade para então obter renda dos seus projetos ecoturísticos, melhorando assim sua qualidade de vida (SPROULE, 2005). Com suporte sistêmico e um planejamento que atue como norteador das diretrizes de responsabilidade social para as futuras empresas do setor.

5. Metodologia

A pesquisa é de natureza bibliográfica articulada pelo procedimento formal com método de pensamento reflexivo, que “requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS, 2001), associada as observações de pesquisa de campo sobre o patrimônio arqueológico do Estado do Amazonas.

A pesquisa bibliográfica constitui-se em levantamento de artigos científicos nacionais e internacionais, obras da literatura econômica, de gestão ambiental, ecoturismo e sobre epistemologia ambiental com a finalidade de compor um ensaio teórico que analisasse de forma imparcial todo o

arcabouço da problemática da Lei 3.135 e sua relação com uma atividade econômica denominada ecoturismo.

Para isso, foi projetado um cenário composto de vantagens e desvantagens que farão parte de uma aplicação no Pólo Ecoturístico localizado em área de várzea no município de Iranduba no Estado do Amazonas. A escolha deu-se em razão da alocação de recursos e variáveis de preferência, visualizadas durante o *feedback* das informações estudadas.

6. Resultados Esperados

Partindo da premissa, que a várzea amazônica representa um sistema ecológico complexo, no qual o homem ocupa um papel central, não podemos desconsiderar sua fragilidade ecológica e a tentar para o uso racional de seus recursos (SHODJAI, 2003). Baseando-se nessa essência (RIBEIRO, 2003) ressalta que quando há manifestação de setores da sociedade sobre a Amazônia são levadas em conta principalmente duas especificidades físicas: a existência da floresta pluvial e o imenso território, pois a Amazônia é constituída por um mosaico de ecossistemas. A palavra que possui sentido mais amplo para definir a região amazônica chama-se "*diversidade*", e é devida essa diversidade que precisamos identificar as principais limitações e oportunidades para as pessoas que estão aqui, localizadas nos diferentes ecossistemas, isto é, nas florestas de terra firme, nas várzeas, nas campinas, nas caatingas, nas savanas, nos mangues, ou qualquer outro espaço geográfico amazônico.

As pesquisas arqueológicas registram datações próximas dos 12000 anos AP (antes do presente). No Estado do Amazonas os 62 municípios, vilas e comunidades etc., às margens dos rios Negros e Solimões e seus tributários são visíveis ou até mesmo comuns, ver fragmentos de cerâmicos e terra preta, manipulado pelas populações pré-coloniais. Em Manaus, os 69 sítios identificados representam significativas páginas que faltam ser contada sobre a história indígena manauara.

Em suma, o município de Manaus, esta assentada sobre importantíssimos sítios arqueológicos, que necessitam de projetos pedagógicos voltado para o ecoturismo para esclarecer a importância desse patrimônio. Importância essa, para que novas gerações possam também conhecê-las e logo preservá-las.

Por essa razão, tomamos o ecossistema de várzea para estruturar pontos de vista econômicos, sociais e ambientais às sociedades empresarias partindo de propostas apresentadas na Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável no Amazonas expressando vantagens e desvantagens na atividade do Ecoturismo na várzea.

Tabela 1 – Resultados das análises teóricas bibliográficas de cenários ecoturísticos esperados para Pólo Ecoturístico do município de Iranduba no Estado Amazonas.

Proposta da Lei Ambiental para o Ecoturismo na Várzea				
PROPOSTA	VANTAGENS		DESVANTAGENS	
	Diminuição das Externalidades		Informação Imperfeita	Intervenção do Governo
Incentivo a Preservação e Conservação dos Recursos Naturais	Crescimento da prática de atividades voltada á sustentabilidade	Diminuição na Degradação Ambiental	A falta de informação ou falhas no processo de comunicação	Direcionamento legislativo priorizando mecanismo de sustentabilidade
Certificação	Requisito para o recebimento da Certificação Selo Amigo da Floresta.	Mas consciências das empresas que visem à exploração dos Recursos	Distorção na interpretação da Lei	Ser usado como instrumento essencialmente político - partidário.
	Estimulo á empresas com atividade voltada á sustentabilidade (art.2 inciso IX ver nota)	Mais atenção e cumprimento das Resoluções CONAMA Construção ou implementação de superestruturas relacionadas com o consumo (ex. Produção de resíduos) que supere a capacidade de suporte da localidade	Ausência de programas direcionados a Educação Ambiental	Estabelecer uma política de gestão sócio-ambiental
	Respeita as funções ecológicas e dos eco ciclos	Planejamento das atividades desenvolvidas	Excesso Marketing pela rotulagem "verde"	Ausência de suporte sistêmico e planejamento atuando como norteador das diretrizes de Responsabilidade Social Empresarial

	Produção de Indicadores	Respeito a escala de fluxos dos recursos naturais	Não clareza da aplicabilidade gerando resultados ou informações distorcidas	Erro no gerenciamento das informações
Incentivo financeiro	Crescimento de negócios eco turísticos	Atenção a Massificação de pequenas e médias empresas	Desconhecimento da regulamentação	Ausência na fiscalização dos empreendimentos turísticos
	Formação de empresas geridas pela comunidade			

Notas

¹ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano celebrada em Estocolmo (1972)

² Segundo as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, **ecoturismo** é: “*um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas*” (BRASIL, 1994).

³ Termo oriundo do latim significa “*todas as outras variáveis mantidas constantes*”

⁴VILLA & McLEOD. Environmental Vulnerability Indicators (E.V.I.). Artigo que apresenta um estudo sobre aplicabilidade de indicadores de sustentabilidade como parâmetro para as tomadas de decisão.

FARBER, Stephen C. et al. Economic and Ecological concepts for valuing ecosystem services. Artigo que propõe aspectos conceituais e métodos orientadores sobre valoração dos ecossistemas para tomada de decisão.

⁵Lei 3.135, Art.2, IX - a instituição de selos de certificação às entidades públicas e privadas que desenvolvam projetos no âmbito das mudanças climáticas, da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável no Estado do Amazonas.

⁶Responsabilidade Social Empresarial - **NBR 16001** - Responsabilidade social Sistema da gestão

2 Definições

Para os efeitos desta Norma, aplicam-se as seguintes definições:

2.1 ação social: Atividade voluntária realizada pela organização em áreas tais como assistência social, alimentação, saúde, educação, esporte, cultura, meio ambiente e desenvolvimento comunitário. Abrange desde pequenas doações a pessoas ou instituições até ações estruturadas com uso planejado e monitorado de recursos.

2.2 aspecto da responsabilidade social: Elemento das relações, processos, produtos e serviços de uma organização, que podem interagir com o meio ambiente, contexto econômico e contexto social.

2.3 desempenho da responsabilidade social: Síntese dos desempenhos ambientais, econômicos e sociais da organização, de forma integrada, levando-se em consideração todas as partes interessadas.

2.4 desenvolvimento sustentável: Desenvolvimento que supre as necessidades do presente sem

comprometer a capacidade das gerações futuras em supri-las.

AGRADECIMENTOS.

Os autores são gratos à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e a Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS pelo apoio financeiro, por meio do projeto PIATAM, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia/UFAM e à Marisa Vasques pela valorosa contribuição na área de Direito.

Bibliografia

AMAZONAS (Estado). Lei nº. 3.135, 05 junho de 2007. Institui a Política sobre mudanças Climáticas, Conservação ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. Disponível em: http://www.amazonas.am.gov.br/adm/imgeditor/File/Lei_3135_05_2007_clima_assinatura.pdf
Acesso em: 16 de Agosto de 2007.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo & Ministério do Meio Ambiente da Amazônia Legal e dos Recursos Hídricos. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Brasília: Embratur: Ibama, 1994.

BARRETO, Mauro Viana. “História da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi”. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Vol. 8 nº 2 1992.

BROCHADO José Proenza. Alimentação na Floresta Tropical. Caderno 2- GRAFOSUL, 1977.

COSTA, Fernando W. Silva, BRITO, Marco Eugênio. Relatório Final do Sítio Arqueológico “Novo Cidade”. 2001.

_____, Fernando W. Silva, LIMA, Pinto Helena et. 2004.

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

DINIS, Sandrina M. *Ecoturismo: Um instrumento para o desenvolvimento sustentável?* Universidade Técnica de Lisboa, 2005. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/teses/Sandrina%20dinisecoturismo%20E%20> Acesso em: 22 de Agosto de 2007.

EMBRATUR. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Brasília, 1994;

FABER, Stephen C. et al. Economic and ecological concepts valuing ecosystem services. *Ecological Economics*. In *The Dynamics and Value of Ecosystem Services: Integrating Economic and Ecological Perspectives*. Disponível em: www.elsevier.com/locate/ecocon/ Faber et al pdf 2002 p 375-392
Acesso em: 22 de Agosto de 2007.

FARIAS, V.K. Eny. Interpretação do Patrimônio e Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável”. *Revista Com Textos Turísticos*, n.zero, novembro, 2001.

FEARNSIDE, Philip M. Serviços Ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. In CAVALCANTE, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

GARDNER, Gary. O desafio de Joanesburgo: criar um mundo mais seguro. In FLAVIN, Christopher [et al.] *Estado do Mundo 2002*. Salvador: Universidade Livre da Mata Atlântica, 2002.

HECKENBERGER, M. , Neves, E. e Petersen, J.
1998 De onde vem os modelos? : a arqueologia da origem dos Tupi e Guarani, *Revista de Antropologia / USP*.

LATHRAP, D. 1970 *The Upper Amazon*. London: Thames & Hudson

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 4ª. ed. Editora São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, Enrique. A cultura como mediação entre os processos econômicos e os processos ecológicos. In: Leff, *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Editora FURB, 2000.

MAIA, A. Lucia Maria. *Frutos da Amazônia: fonte de alimento para peixes*. Manaus: Programa de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, 2001.

MASTNY, Lisa. Redirecionando o Turismo Internacional. In FLAVIN, Christopher [et al.] *Estado do Mundo 2002*. Salvador: Universidade Livre da Mata Atlântica, 2002.

MOTA, R. Seroa da. *Desafios Ambientais da Economia Brasileira*. Texto para discussão nº 509. IPEA. Rio de Janeiro, Agosto de 1997.

KAHN, J.R. Characteristics and Criteria for Environmental Decision-Making: Implications for Materials Policy, 2001 Disponível em: http://209.85.165.104/search?q=cache:kZP865rtJ0kJ:200.20.105.7/imaac/Publicatios/Reports/James_Kahn_Report.doc+%60characteristics+and+criteria+for+environmental+decision-&hl=pt-BR&ct=cln&cd=1&gl=br.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 6 ed. – São Paulo : Atlas,2001.

O INPA E O MUSEU GOELDI nos 30 anos do CNPq. *Acta Amazônia*, Manaus, 11(1): Suplemento, mar., 1981. 206p. Ilust. In: SIMÕES, Mario Ferreira. *As pesquisas Arqueológicas no Museu Paraense Emilio Goeldi (1870-1981)*.

REVISTA SEMESTRAL DE ARQUEOLOGIA, v.4 n.1 – Belém-Para, 5 junho 1987.

ROOSEVELT, Anna C. *Arqueologia da Amazônia*. Tradução: John Manuel Monteiro: In: Manuela Carneiro da Cunha (organizadora). *História dos índios do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras/ FAPES/SMC, 1992.

SIMÕES, M. 1974 Contribuição à arqueologia dos arredores do baixo rio Negro. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas 5. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emilio Goeldi* 26. pp. 165-200.

_____, M. & Kalkmann, A. 1987 Pesquisas arqueológicas no Médio Rio Negro (Amazonas). *Revista de Arqueologia* 4(1).

_____, M. & Araújo-Costa, F. 1978 Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. 160 p.76-79. *Revista de Arqueologia* .

SWARBROOKE, J. 2000. Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética. Vol. 5 – São Paulo: Aleph;

SCHNEIDER, Robert R. *et al. Amazônia Sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural*. Tradução: Tatiana Corrêa. Brasília: Banco Mundial; Belém: Imazon, 2000.

SEROA DA MOTA, R. *Desafios Ambientais da Economia Brasileira*. Texto para discussão nº 509. IPEA. Rio de Janeiro, Agosto de 1997.

The International Ecotourism Society (TIES) Disponível em: <<http://www.ecotourism.org>> Acesso em: 22 de Agosto de 2007.

VILLA, F.; MCLEOD, H. Environmental Vulnerability Indicators for Environmental Planning and Decision-Making: Guidelines and Applications. Disponível em: <http://www.uvm.edu/giee/publications/Villa & Mclod2002.pdf>. Acesso em: 22 de Agosto de 2007.